

Prejuízo do BB com anistia é calculado em Cz\$ 104 bilhões

O Banco do Brasil tem dois milhões de contratos de pequenas e médias empresas que poderão ser beneficiados com a anistia às dívidas aprovada na Constituinte. O presidente do banco, Mário Berard, informou que se todas essas operações forem perdoadas, o Banco do Brasil terá que arcar com um prejuízo de Cz\$ 104 bilhões (valor em junho), superior ao lucro de Cz\$ 84 bilhões apresentado no primeiro semestre. Ele disse que, apesar da anistia, o banco espera obter no balanço do segundo semestre o mesmo resultado nominal de junho.



Mário Berard

Berard explicou que os dois milhões de contratos estão distribuídos na área rural e urbana: 1 milhão 300 foram destinados ao setor agrícola e 700 mil contratos financiaram empresários urbanos espalhados por todo o país. Ele ressaltou que ainda não há certeza de que todo esse volume de negócios será perdoado. "É preciso verificar todas as condicionantes que os empresários têm para demonstrar impossibilidade econômica de pagamento", esclareceu.

Para 1989, ele disse que o orçamento do banco será mais conservador e mais restrito, principalmente no que diz respeito às operações de crédito oficial: "Estamos comprometidos com a

meta de corte do déficit público". Para este ano, entretanto, já está garantida a concessão de Cz\$ 3,7 trilhões para operações de crédito rural, sendo que Cz\$ 1,6 trilhão com a garantia do Tesouro Nacional.

Privatização — Berard esclareceu que o Banco do Brasil está se empenhando na privatização da Acesita e atualmente está sendo feito um levantamento sobre o valor patrimonial da empresa. Até o fim do ano, as ações da Acesita serão vendidas em bolsa, através de leilão, mas só passarão ao controle da iniciativa privada 51% das ações ordinárias. O resto continua em poder dos atuais acionistas.

Outro fato que vem concentrando as atenções da diretoria do Banco do Brasil é o tabelamento dos juros. O presidente do BB informou que, na próxima semana, o banco fará uma reunião para avaliar as conseqüências da medida, mas enquanto não for determinada a entrada em vigor da lei, o banco não alterará as taxas de juros praticadas em mercado.

Quanto à possibilidade de greve dos bancários, ele se disse descrente que os funcionários do banco optem por entrar no movimento. "Os funcionários do Banco do Brasil têm espírito público e não acredito que entrem em greve. Estamos contando que eles aceitem os 120,4% oferecidos pelo banco, embora a reivindicação seja de 381,1%."